

EDUCAÇÃO COMO EXPERIÊNCIA DE "ESCRAVOS FUGIDOS" EM JORNAIS PARAENSES

EDUCATION AS "RUNAWAY SLAVES" EXPERIENCE IN NEWSPAPERS FROM PARÁ STATE

LA EDUCACIÓN COMO EXPERIENCIA DE LOS "ESCLAVOS FUGITIVOS" EN PERIÓDICOS DEL PARÁ

 **Iza Andrielle Batista Duarte Madeira**

Mestra em Currículo e Gestão da Escola Básica

Universidade Federal do Pará – UFPA. 

Belém, Pará – Brasil.

iza_abduarte@hotmail.com

 **Alberto Damasceno**

Doutor em Educação

Universidade Federal do Pará – UFPA. 

Belém, Pará – Brasil.

albertofdamasceno59@gmail.com

 **Karla Nazareth Corrêa de Almeida**

Doutora em Educação

Universidade Federal do Pará – UFPA. 

Belém, Pará – Brasil.

kalmeidaufpa@gmail.com

Resumo. O presente artigo tem o objetivo de identificar e analisar a educação como experiência de escravizados foragidos, considerando aqueles cuja fuga foi anunciada em jornais paraenses na segunda metade do século XIX, particularmente a Gazeta Oficial (1858-1860) e A Constituição (1876-1884). Nesses termos, a pesquisa se insere no campo da História da Educação, a partir da abordagem histórica, com a busca dos periódicos na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, sendo realizada a análise dos anúncios referentes às experiências educativas nas fugas em ambos os jornais conservadores, por meio do Método Indiciário, de Ginzburg (1989). Para tanto, nos embasamos nas ideias de alguns autores, como: Gondra e Schueler (2008), Thompson (1981; 2001), Chalhoub (2012), Cunha (2000), Fonseca e Barros (2016), Bezerra Neto (2020) dentre outros. Concluímos que as experiências educativas de escravizados analisadas sinalizavam as habilidades de leitura, escrita e demais formas de letramento especializado, também foram observadas peculiaridades de experiência educativa por meio dos ofícios e habilidades aprendidos, ainda que no contexto da escravidão a que foram submetidos na Província do Grão-Pará, durante a segunda metade do século XIX. Além disso, houve atribuição de valor pecuniário à formação educacional do escravizado fugido, destacada nas chamadas para a captura, seguidas de significativas gratificações.

Palavras-chave: experiência educativa; “escravos fugidos”; jornais paraenses.

Para citar - (ABNT NBR 6023:2018)

MADEIRA, Iza Andrielle Batista Duarte; DAMASCENO, Alberto; ALMEIDA, Karla Nazareth Corrêa de. Educação como experiência de "escravos fugidos" em jornais paraenses. *Eccos - Revista Científica*, São Paulo, n. 70, p. 1-18, e26299, jul./set. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/eccos.n70.26299>



Abstract. This paper aims at identifying and analyzing education as runaway slaves', looking at the ones whose escape was publicized in newspapers from Pará state, during the second half of the 19th century, mainly *Gazeta Oficial* (1858-1860) and *A Constituição* (1876-1884). Thus, the research is part of the field of History of Education, adopting a historical approach, as well as search for publications within the Digital Newspaper Library of Brazil, with advertisements related experience education on the slaves' escapes published in both conservative newspapers being analyzed, through Ginzburg's (1989) Index Method. To do so, we are based on the ideas of some authors, such as: Gondra and Schueler (2008), Thompson (1981; 2001), Chalhoub (2012), Cunha (2000), Fonseca and Barros (2016), Bezerra Neto (2020) among others. It is concluded the slaves' education experiences herein analyzed pointed out to skills such as reading, writing and other forms of specialized literacy, it also was possible to observe education experiences peculiarities through professions and skills learned, despite the slavery they were submitted to in Grão-Pará Province, during the second half of the 19th century. In addition to, there was financial value being attributed to runaway slaves' education, which is remarked by calls for slave captures, followed by significant rewards.

Keywords: experience education; "runaway slaves"; newspapers from Pará state.

Resumen. Este artículo tiene el objetivo de identificar y analizar la educación como experiencia de los esclavos fugitivos, considerando aquellos cuya fuga fue publica en periódicos del estado de Pará en la segunda mitad del siglo XIX, especialmente la *Gazeta Oficial* (1858-1860) y *A Constituição* (1876- 1884). En esos términos, la investigación se inscribe en el campo de la Historia de la Educación, a partir de una abordaje histórica, y de la búsqueda de publicaciones en la Hemeroteca Digital de la Biblioteca Nacional de Brasil, siendo analizados los anuncios relacionados con la experiencia educativo en la fuga de esclavos publicados en ambos periódicos conservadores, mediante el método del índice de Ginzburg (1989). Para ello, nos basamos en las ideas de algunos autores, tales como: Gondra y Schueler (2008), Thompson (1981; 2001), Chalhoub (2012), Cunha (2000), Fonseca y Barros (2016), Bezerra Neto. (2020) entre otros. Se concluye que las experiencias educativas de los esclavos aquí analizadas apuntaron a habilidades como lectura, escritura y otras formas de alfabetización especializada, también fueron observadas peculiaridades por medio de profesiones y habilidades aprendidas, aún que en el contexto de esclavitud a la que fueron sometidos en la provincia de Grão-Pará, durante la segunda mitad del siglo XIX. Además, se atribuía valor financiero a la educación de los esclavos fugitivos, lo que se destaca por los llamados a su captura, seguidos de significativas recompensas.

Palabras clave: experiencia educativo; "esclavos fugitivos"; periódicos del Pará.

Introdução

Este artigo tem a intenção de identificar e analisar alguns indícios de experiências educativas de escravizados cujas fugas foram anunciadas em jornais paraenses durante a segunda metade do século XIX, particularmente a *Gazeta Oficial* (1858-1860) e *A Constituição* (1876-1884).

Edward Palmer Thompson sugere que cogitemos a sociedade pelas experiências, explicando que “homens e mulheres experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades” (Thompson, 1981, p. 182). Tal afirmação diz respeito à convergência entre experiência e consciência, além de a quanto à cultura pode ser pensada como modo de vida, assim expressando a experiência vivida.

Nesta perspectiva, abordaremos as experiências humanas, colocando os/as escravizados/as paraenses como sujeitos históricos em foco. Em face desse desafio, vemos que os jornais se constituem enquanto memórias deixadas pelos sujeitos dominantes, àqueles que estavam “por cima”, ao mesmo tempo em que nos permitem tornar visível outra faceta da história, agora “vista de baixo” (Thompson, 2001). Nessa contradição entre a opressão e a liberdade, vamos privilegiar “vozes” e “ações” por meio das experiências de sujeitos que em alguns casos foram “silenciados” ou “esquecidos” nas narrativas históricas.

Tendo em vista o alargamento do entendimento em torno de experiências no âmbito da ação educativa, baseamo-nos em José Gondra e Alessandra Schueler (2008), que retratam a noção de educação como um

tipo de experiência considerando suas formas institucionalizadas e não institucionalizadas [...] a ação invisível que se processa no espaço privado, no convívio íntimo, nas leituras comuns, nas conversas, músicas, danças, festas, procissões e jogos (Gondra; Schueler, 2008, p. 10).

Em outras palavras, a educação não tem sua relevância limitada à escola, pois a transcende, configurando-se como “prática social e histórica, é plural e adquire formas e sentidos diversos, conforme os espaços, os tempos, os sujeitos e os grupos que a experimentam e vivenciam” (Gondra; Schueler, 2008, p. 11).

Daí advém à escolha da expressão “experiências educativas” neste texto, pois estas se articulam às relações plurais com os demais sujeitos e objetos. Isso é particularmente pertinente diante da contradição de uma sociedade escravista, que excluía majoritariamente negros e indígenas dos processos de escolarização formal, ao passo que também exigia que estes sujeitos

desenvolvessem saberes os quais estavam para além dos serviços mais pesados e rudes daquele modelo econômico. Isso tem tanto mais importância se admitirmos que os indícios a que nos referimos representaram as várias formas de vivência dos cativos na sua juventude, algo que olhamos a partir da escravidão na Província do Pará.

Esse conceito amplo de educação expande as possibilidades e “ajuda a compreender como o homem vem sendo educado e como temos compreendido a própria possibilidade de educar o homem” (Gondra; Schueler, 2008, p. 10). Desse modo, será utilizada aqui a categoria da experiência proposta por Thompson, ressaltando a perspectiva das experiências educativas e habilidades, explicitadas através dos anúncios de negros que empreendiam a fuga de sua condição de escravizados, os quais eram divulgados na imprensa da época. Vejam-se como experiências eram adquiridas de formas as mais diversas possíveis no cotidiano desses sujeitos, que – considerados mera mercadoria – tinham seu valor incrementado por habilidades adquiridas fora dos trabalhos manuais, marcadamente quando falamos dos escravizados urbanos, mais comumente conhecidos como “escravos de ganho”¹.

Ao contemplarmos outras formas de experiência educativa dos escravizados, identificamos alguns episódios de fuga relacionados à venda, leilões, hipotecas, aluguéis ou prestação de serviços. Segundo Bezerra Neto (2020), as fugas não representavam apenas uma recusa em relação à escravidão, com a finalidade única da liberdade, mas uma circunstância

na qual os escravos deixavam a condição de figurantes das estruturas sociais, situação que até então lhes era destinada, e tornavam-se personagens de suas próprias histórias. Na medida em que apresentavam uma (re)leitura da escravidão na qual os cativos passaram a ser vistos como trabalhadores capazes de protagonismo, desenvolvendo formas de organização social e familiar (Bezerra Neto, 2020, p. 90).

Nesta perspectiva, o protagonismo do “escravo fugido” na construção da história nos possibilita novas compreensões sobre as experiências adquiridas sob as “amarras” da escravidão. Com efeito, ao fugir, o escravo “reclama o direito de ser livre e, essa fuga, esse modo de contestar, de resistir a um exercício de poder é publicado no jornal, é escrito” (Ferrari, 2015, p. 10).

Logo, o presente estudo se insere no campo da História da Educação, a partir da pesquisa histórico-documental, com a busca dos periódicos na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, sendo realizada a análise dos anúncios, referentes às experiências educativas nas fugas, dos jornais a Gazeta Oficial (1858-1860) e A Constituição (1876-1884), ambos os impressos conservadores. Assim sendo, este artigo apresenta como metodologia o método

¹ “Esses escravos de serviço, também, chamados ‘moços de ganho’, podiam ser alugados para prestarem os mais diversos serviços” (Cunha, 2000, p. 46).

indiciário, proposto por Ginzburg (1989), no qual o pensador compreende que o “conhecimento histórico é indireto, indiciário, conjectural”. Esta afirmação se pauta em uma “proposta de um método interpretativo centrado sobre os resíduos, sobre os dados marginais, considerados reveladores” (Ginzburg, 1989, p. 157). Por isso, a metodologia foi mobilizada para a discussão de dados, que no que diz respeito às experiências educativas de escravizados e exemplos que sinalizam habilidade de leitura, escrita e demais habilidades de letramento especializado.

Os periódicos gazeta oficial e a constituição

Os jornais Gazeta Oficial e A Constituição foram os impressos paraenses escolhidos como fonte histórica para este estudo por considerar o volume de notas referente aos escravizados em fuga, cuja experiência em ofícios e habilidades de letramento foi encontrada.

O jornal Gazeta Oficial exerceu suas atividades na Tipografia Comercial de Antonio José Rabello Guimarães, funcionando em três endereços ao longo dos três anos em que atuou na capital, Belém. Primeiramente, instalou-se na Rua Formosa, nº 31, no período de 1858 a fevereiro de 1859, posteriormente transferindo-se para a Travessa São Mateus, nº 2aa, de fevereiro de 1859 a setembro de 1859; por fim, teve sede na Rua dos Mercadores, nº 6aa, entre o mês de setembro de 1859 e o ano de 1860.

Seu proprietário, redator do jornal e dono da tipografia, foi Antonio José Rabello Guimarães, que, além de livreiro, publicava toda sorte de matéria sobre os expedientes do governo, bem como fornecia às instituições públicas diversos tipos de impressão, como livros, mapas, folhas etc. Guimarães era também alvo de críticas por parte de outro periódico, *A Epocha*, pelo fato de praticar valores superfaturados nos serviços prestados por sua tipografia aos cofres públicos, chegando a ser apontado como “um homem quasi analphabeto” (*A Epocha*, 1859, p. 2). É possível que a divulgação de tal escândalo possa ter desencadeado a perda de contratos e a extinção do seu jornal em 1860.

Já o jornal *A Constituição* era órgão do Partido Conservador e funcionou em um escritório e tipografia localizados na Rua do Norte até o ano de 1876. A partir de 1877, a referida tipografia passava a situar-se no Largo da Sé. Tinha como redator Heraclio V. Fiock Romano, e como administrador, José João Ribeiro, ambos desde o ano de 1882.

Estudos como o de Figueiredo (2005) atestam que a história do jornalismo paraense, no fim do século XIX e início do XX, foi marcada pela defesa dos interesses das elites e diferentes segmentos políticos, características que afetam os jornais *Gazeta Oficial* e *A Constituição*, pois baseavam seus editoriais em ideais conservadores e se propunham veículos de comunicação

das elites paraenses, evidenciando em suas páginas temas como política, expediente do governo, notícias das demais províncias, comunicados, obituários, notas hospitalares e anúncios de venda, compra, leilão, aluguel e hipoteca, além de propagandas.

Entre as matérias publicadas, estavam em abundância os anúncios das fugas de escravizados/as, cujas descrições evidenciam as informações que justificam nossa opção por esses materiais como as principais fontes desta pesquisa, ou seja, as experiências educativas adquiridas em seu processo laboral e vivências. Trata-se de algo corroborado pela afirmação de Figueiredo, para quem “o jornal é uma das principais fontes para o conhecimento do universo da escravidão e da liberdade” (Figueiredo, 2005, p. 260).

É justamente o que podemos visualizar na nota do jornal *Gazeta Oficial* (Figura 1).

Figura 1 - Nota do periódico *Gazeta Oficial*



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (*Gazeta Oficial*, 1859e).

Esse anúncio da fuga de Eufrazia apresenta sua trajetória de luta e resistência contra a violência que sofreu no cativeiro. Eufrazia concebeu um bebê e o levou consigo na fuga; sobre sua condição de magreza, esta advém do processo recente do parto e de possível insuficiência alimentar. Os detalhes referentes ao comportamento de Eufrazia, em suas repetidas fugas, demonstravam seu anseio de não viver como escravizada, muito menos sendo essa a vida que desejava para sua filha recém-nascida. Assim como no anúncio de Eufrazia, podemos perceber, nas notas do jornal *Gazeta Oficial*, alguns aspectos relacionados às ilustrações que acompanham a notificação de fuga (Figura 2).

Figura 2 - Ilustrações representativas de escravizados e escravizada nos anúncios



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (Gazeta Oficial, 1858; 1859e).

A autoria das imagens que ilustravam as matérias jornalísticas relativas às fugas dos escravizados é desconhecida. Estas carregam, evidentemente, vários elementos em sua concepção e elaboração; trata-se de uma linguagem não verbal, que reflete um determinado contexto relativo à sua criação e, nitidamente, uma mensagem em alguma medida explícita. Isso, porque as figuras representam o sujeito em movimento – caminhando –, seu gênero, e correlacionam-se com o título das notas, que geralmente eram “escravos fugidos”.

Trata-se de um homem adulto, um jovem e uma mulher, respectivamente, com traços de pessoas negras. As imagens masculinas levam consigo uma trouxa de roupas pendurada em vara; um deles está carregando em suas mãos uma outra vara, para tocar o chão à frente, uma característica típica de caminhantes, o que indica que está em uma viagem que talvez fosse sem volta. Enquanto isso, a figura feminina foi caracterizada com uma touca na cabeça e com a trouxa carregada diretamente em suas mãos, geralmente contendo seus pertences, suas roupas e, se fosse o caso, também dos seus filhos.

Em nosso processo de coleta de fontes, reunimos e catalogamos 74 anúncios de ambos os periódicos paraenses. Destes, 38 estavam relacionados com experiência em ofícios e/ou habilidades de leitura e escrita. Dos 38 sujeitos ali mencionados, 37 eram homens e apenas uma, mulher. Em outra catalogação dos anúncios, foram selecionados mais 21 referentes às companhias e aos objetos levados em fuga, sendo mencionadas 11 mulheres e dez homens.

Experiências educativas e habilidades dos sujeitos escravizados

No primeiro Censo Geral do Império brasileiro de 1872, a província do Pará possuía 32 municípios e 70 freguesias, com um contingente populacional de 247.779 pessoas livres e 27.458 na condição de cativos. Dessas, 13.908 eram homens e 13.550 eram mulheres (Brasil, 1872). Em relação à instrução, o referido Censo contemplava apenas duas opções, as pessoas que sabiam ler e escrever e as analfabetas. Entre os escravizados do sexo masculino, apenas 68

possuíam habilidades de escrita e leitura e, entre as do sexo feminino, o número era ainda menor, 21 cativas.

A população escolar tinha de 6 a 15 anos de idade, classificada entre os que frequentavam e os que não frequentavam a escola. No tocante à infância negra cativa, evidenciava algumas limitações por não haver dados disponíveis, pois as informações que foram coletadas, selecionadas e priorizadas eram referentes à população branca livre, em detrimento da população escravizada.

Barbosa (2009, p. 4) afirma que “o letramento dos escravos do Brasil do século XIX é uma página (quase) esquecida por razões que não dizem respeito apenas à dificuldade de recuperar esses indícios do passado”, mas é crescente o desenvolvimento de pesquisas relacionadas a esta temática, buscando a aproximação da cultura escrita com os sujeitos negros.

Os sujeitos negros/as "até pouco tempo, não tinham assento na história da educação ou eram considerados apenas sob a perspectiva da exclusão, do silêncio, da dominação, da subalternidade ou anomia social” (Gondra; Schueler, 2008, p. 222). Contudo, é necessária a compreensão de que negros/as podiam ser escravos/as, livres, libertos/as, forros/as, africanos/as livres, pretos/as, pardos/as, constituindo-se assim em uma diversidade de sujeitos. Somente assim poderemos reconhecer os diversos processos das experiências educativas, escolares e não escolares, destes grupos afrodescendentes, a fim de as identificarmos como ações de resistência.

Neste sentido, compreendemos os estudos sobre a história da educação dos negros no Brasil como “uma das expressões dessas resistências” (Zica, 2015, p. 124), principalmente ao direcionarmos nosso olhar para novas abordagens e análises, como a captação das vivências educativas dos escravizados em suas fugas e em seus processos de constituição, a partir de uma abordagem que aproxima o sujeito negro do mundo letrado e o distancia dos antigos estereótipos. Aí temos justamente o exemplo da aquisição de habilidades e ofícios, com

As práticas de educação dos meninos e meninas indígenas, das crianças escravos menores, dos camponeses, sítiantes e colonos livres e pobres, dos meninos e meninas das casas senhoriais e dos engenhos; o ensino das letras realizado no interior das famílias, pela ação das mães e outras mulheres, de preceptores ou mestres particulares; a aprendizagem dos ofícios nas oficinas, nas fazendas, nos campos, nas instituições de assistência e em múltiplos espaços sociais — todas essas formas educativas, como vimos, conformaram outros modos e agentes do aprender e do ensinar (Gondra; Schueler, 2008, p. 158).

Essas experiências permitiram a aquisição de habilidades pela aprendizagem de um ofício, que possibilitaram a atuação como força de trabalho. Tal afirmação ratifica que a cultura escrita e habilidades afins apreendidas pelos “escravos” geralmente sucediam em espaços não

escolares (Fonseca; Barros, 2016), ou seja, relacionado com as ocupações e ofícios por esses desenvolvidos.

Se tomarmos o termo ofício, conforme Cunha (2000, p. 42), podemos perceber que ele era empregado como “o conjunto das práticas definidoras de uma profissão (o ofício de carpintaria de casa, por exemplo). Em sentido um pouco mais amplo, o ofício designava o conjunto de praticantes de uma mesma profissão (todos os carpinteiros de casa, por exemplo)”. Tal aprendizagem de ofícios englobava acordos com os mestres, em que “estes ensinavam àqueles o ofício em troca da prestação de serviços, remunerados ou não” (Cunha, 2000, p. 44).

Essa “coisificação”, primeiro pela condição jurídica e social, segundo, pela “capacitação”; reforçou a exploração de suas experiências e habilidades adquiridas, fosse pela venda ou aluguel. Para Cunha (2000, p. 46),

Outra modalidade de exploração da força de trabalho escravo consistia na prestação de serviços para clientes que o próprio escravo conseguia, fora das vistas e da casa do senhor, podendo guardar para si o dinheiro que ultrapassasse uma quantia previamente estipulada. Muitos trabalhos qualificados, assim como ofícios mecânicos, eram desempenhados por escravos de serviço.

Assim como ocorria a exploração da força do escravizado por senhores, esta forma apresentava-se como possibilidade de “escravos de ganho” obterem a alforria, vindo a usufruir de uma liberdade “comprada com o produto de seu próprio trabalho” (Cunha, 2000, p. 46) ou pela projeção de fugas.

Em relação às profissões e ocupações elencadas no Censo (Brasil, 1872), a província paraense dispunha de artistas (profissão liberal), marítimos e pescadores, além das profissões manuais e mecânicas, como operários de canteiro/mineiros/cavoqueiros, operários de metais, operários de madeiras, operários de tecidos, operários de edificações, operários de couros e peles, operários de vestuários, operários de chapéus, operários de calçado, profissões agrícolas, criados e jornaleiros (atividades assalariadas), e em serviços domésticos. No que se referem às mulheres cativas, estas estavam catalogadas em profissões manuais, como costureiras, operárias de tecidos, lavadoras, profissões agrícolas, criadas e jornaleiras (atividades assalariadas) e em serviços domésticos. Entretanto, havia centenas de cativos – homens e mulheres – sem profissão especificada no Censo, atingindo um total de 8.897 pessoas.

Ao retornarmos para as nossas fontes, vemos que apenas homens foram identificados como aqueles que possuíam habilidades de leitura e escrita. A menção ao sexo feminino foi aquela relacionada à Carolina – preta retinta, que tinha experiência como cozinheira (A Constituição, 1878, p. 3). Além da notícia de Carolina, a cozinheira, foram identificados mais

escravizados com experiências, habilidades e ofícios diversos, por meio de expressões como “sabe ler e escrever”, “tem princípios de leitura”, “sabe ler e escrever alguma coisa”, “sabe ler e gosta de livros”, “officio carpina, trabalha de pedreiro, e falla alguma cousa o francez”, vaqueiro, “capataz”, ferreiro, “officio de carapina”, servente, cozinheiro e alfaiate, ferreiro, pedreiro, capoeirista, cantador, “toca viola, sabe ler”, “toca bem harmônica”, “toca violão, entende de carpina”, “faz canoas, e faz carros”, “trabalha de machado”, padeiro, “entende de pedreiro, impressor, o alfaiate, è bem fallante, e toca violão”, carpina, aprendiz sapateiro, “trabalhava de servente [...], entende de marítimo”, “alem de ser muito ladino é tentado com festividades de igreja e sabe ajudar á missa”. Entre estes, selecionamos nove casos para desenvolvermos uma análise mais criteriosa.

O primeiro caso é de Zeferino, “de 26 anos de idade, preto retinto, estatura regular, [...], sabe ler e escrever. [...] consta ter seguido em novembro do ano p. p. Na companhia de outros para o interior, com o fim de tirar borracha” (A Constituição, 1880a, p. 2, grifo dos autores). Outro jovem chamava-se “Mathias, preto retinto, estatura baixa, desdentado falla pouco, sabe ler e escrever alguma coisa” (A Constituição, 1882a, p. 2, grifo dos autores). A gratificação referente à captura do primeiro foi estipulada em 200 mil réis, enquanto o anúncio referente ao segundo atesta que seria “bem gratificado” quem o levasse ao seu proprietário.

A caracterização destes jovens foi feita nos jornais paraenses com a finalidade de facilitar sua captura, descrevendo e ressaltando suas características físicas e comportamentais, explicitando suas habilidades e noções com a escrita e leitura como referência de seu valor diferenciado. O anúncio seguinte trata da múltipla formação adquirida pelo escravizado Cyrillo, o que possibilitou sua venda para outra província.

200\$000 reis.

De gratificação a quem der noticias certas ou apprehender o preto crioulo fulo, por nome Cyrillo, altura regular, idade 29 annos, pouco mais ou menos, entende de pedreiro, impressor, o alfaiate, è bem fallante, e toca violão, natural desta provincia, foi escravo do Sr. Antonio José Rabello Guimarães, e vendido para o Rio de Janeiro, d’onde fugio, sendo escravo dos Srs. Baptista & Carvalho, moradores na rua da Quitanda n. 63 sobrado. Por haver quasi desconfianças certas delle ter vindo para essa, faz-se o presente annuncio, afim de ninguem se chamar a ignorancia: noticias que delle houver ou apprehensão poderão entregar ao Sr. Antonio Joaquim Teixeira Basto, quem está encombido de nós remeter e satisfazer todas as despesas (Gazeta Oficial, 1859a, p. 4).

Isto nos permite inferir que, quando um escravizado possuía experiências em ofícios, ou em educação e outras habilidades, era mais favorável a mercantilização destes sujeitos, uma vez que estas fugas sinalizavam “perda de renda”, o que ficou perceptível a partir dos enunciados referentes às gratificações pela sua “recuperação”.

tanto no título quanto no corpo da mensagem, o que reforça o vínculo entre o valor das gratificações e as atribuições e aptidões adquiridas durante sua trajetória.

O jornal Gazeta Oficial anunciava:

Acha-se fugido desde o 1º de abril de 1957, o mulato Luduvico, de estatura regular, bixigoso, com uma cicatriz no rosto, do lado esquerdo, idade 30 annos, officio carpina, trabalha de pedreiro, e falla alguma cousa o francez, por ter estada em Caiana. Consta estar para as bandas do Amapá: gratifica-se com 300\$000 reis, a quem o apresentar nesta cidade a seo senhor José Bento da Silva (Gazeta Oficial, 1859c, p. 4, grifo dos autores).

Outra situação noticiada no jornal dá destaque ao cativo Silvério, que,

FUGIO do engenho Carmello no 1º districto do Acará o escravo Silverio Antonio dos Santos, do capitão João Alves de Menezes.

Este escravo é official de pedreiro, tem pouca barba, é fulo, muito humilde, tem idade de 29 a 30 annos pouco mais ou menos, fugio em 22 de março p.p. e foi-se appresentar na cidade aos correspondentes do mesmo Capitão Menezes os senhores José M. Freitas & C. no dia 30 do mesmo mez, onde fica dando o jornal de 1\$500 diarios, até procurar comprador por.... 1:000\$000.

Como não achasse senhor fugio em setembro deixando de dar o respectivo jornal. [...], receberá a gratificação e se entregar no Acará no seu senhor será a gratificação de 50\$000 e se entregar no Acará ao seu senhor será a gratificação de 100\$000.

Este escravo foi criado do professor Alexandre Pinheiro, e por este vendido à Luiz Antonio da Costa comprado este pelo Capitão Menezes. [...] (A Constituição, 1882b, p. 2).

Um aspecto que chama atenção se refere ao sobrenome expresso no anúncio. Embora Silvério tenha passado por vários proprietários, não tinha adotado os sobrenomes destes. Diferentemente dos demais escravizados, que eram denominados pelo prenome ou por prenome duplo ou compostos, geralmente seguidos por um nome religioso. Além disso, embora Silvério tivesse o ofício de pedreiro declarado, ele também exercia a função de jornalista. Foi justamente esta segunda atribuição que permitiu que ele fugisse enquanto estava pelas ruas na venda dos jornais. Por outro lado, é relevante salientar a criação de Silvério por um professor, o que nos leva a inferir que este teria habilidades de leitura, escrita e noções de matemática, uma vez que isso seria necessário para suas atividades como jornalista. Isso viria a justificar a valorização de sua gratificação no ato da captura, pois havia “uma estreita ligação entre a inserção na cultura escrita e as ocupações daqueles que aprendiam a ler e escrever. Os escravos com maior possibilidade de tornarem-se letrados eram os que exerciam trabalhos especializados” (Moraes, 2007, p. 500).

Para Barbosa (2009), é lícito admitir que o

[...] signo da imersão dos escravos no mundo do letramento seja o documento que traduzia a sua liberdade. A carta de alforria era um escrito que o fazia sair do mundo da escravidão para o da possibilidade de liberdade. A “carta”, como a chamavam comumente, um amontoado de letras que, mesmo imperceptíveis à possibilidade de leitura, era perceptível: um código, o escrito, firmava a possibilidade de ultrapassar a condição de escravo (Barbosa, 2009, p. 6).

Outro exemplo de que a imersão no mundo letrado e a posse de habilidades de leitura poderiam se constituir como uma dimensão de resistência na busca de sua liberdade é o de José:

Ainda continúa em fuga, desde janeiro do anno de 1877, o mulato José, atapuiado, de estatura regular, cheio de corpo, com signaes de bexiga pelo rosto, tem princípios de leitura; intitula-se liberto pelo seu legitimo sr. o abaixo assignado. É elle natural da Vigia, onde foi escravo do finado José Estevão Ferreira Guimaraes. Gratifica-se á quem o apresentar á policia ou á seu senhor (A Constituição, 1879, p. 2, grifo dos autores).

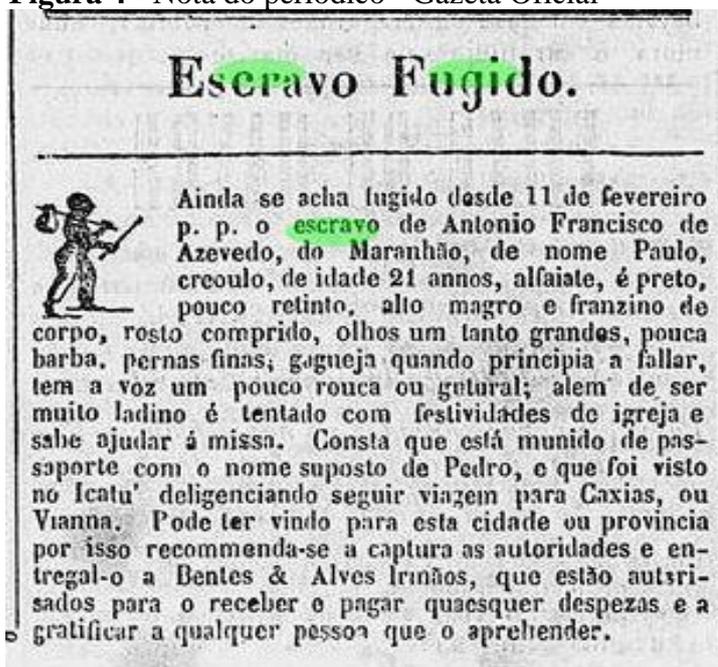
Embora José tenha fugido no início de 1877, os anúncios acerca de sua fuga continuaram a ser divulgados no jornal até o ano de 1880, o que comprova a insistência em prol de sua captura e de certo grau de perspicácia dele próprio para traçar estratégias a fim de não ser capturado. Tendo em vista que as habilidades da cultura escrita se configuravam em possíveis instrumentos perspicazes de autonomia, no contexto das fugas (Fonseca; Barros, 2016).

Ademais, as elites sentiam-se ameaçadas com o que os escravizados sabiam e como estes poderiam utilizar tais saberes para a conquista da sua liberdade, a ponto de compararem o Brasil com o Haiti. Chalhoub explica que “os próprios deputados, e contando ‘entre si muitos indivíduos sabendo ler e que adquirem pela leitura dos jornais amplas noções sobre a liberdade’, já teriam feito ‘tentativas para darem ao Brasil o espetáculo do Haiti²’” (Chalhoub, 2012, p. 121). Esse receio caracterizava a visão de que a educação era um “palco” acessível à liberdade, além de distinção entre os escravizados.

Um caso diferenciado entre os analisados foi do cativo em fuga chamado Paulo (Figura 4).

² Revolução ocorrida no século XVIII, que conduziu à independência a colônia francesa de São Domingos, hoje o Haiti.

Figura 4 - Nota do periódico - Gazeta Oficial



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (Gazeta Oficial, 1859d).

Segundo a fonte (Gazeta Oficial, 1859d, p. 4), Paulo era ladino e tinha habilidades com a liturgia católica. Sobre essa caracterização, ladino era um título designado ao sujeito que falava muito bem o português: “o conceito de ‘ladino’ reaparece para significar o africano que aprendeu um ofício, que se fez ‘útil’” (Chalhoub, 2012, p. 145). Foi o caso de Paulo, que, mesmo tão jovem, aos 21 anos, demonstrava um bom desempenho no ofício ou gosto pelas práticas religiosas.

Um outro fator que também chama a atenção nas diversas notícias sobre fuga de escravizados era a descrição de sinais e cicatrizes, fato recorrente na caracterização dos corpos dos escravizados, como

uma leitura senhorial sobre o outro, o que também é reveladora de como os senhores e demais segmentos livres compreendiam a figura do escravo, não deixando de serem importantes as informações senhoriais sobre seus escravos, seus corpos e atitudes, afinal não deixavam os senhores ou seus prepostos de ser observadores imediatos e privilegiados dos cativos que então eram retratados, com seus corpos e almas anunciados e devassados (Bezerra Neto, 2020, p. 91).

Um exemplo deste tipo de identificação está na matéria sobre a fuga de João:

[...] fugio no dia 20 de maio p.p. o seu escravo crioulo de nome João Macaco, com os signaes seguintes: altura regular magro, idade 30 annos, tem numa sicatriz no beicho de cima, e outra na orelha, e no hombros um signal de golpe. Suppõe-se ter fugido para a Costa, quem o agarrar e entregar a Leandro Bonifacio Caldeirou, na rua de Santo Antonio n° 9, ou ao annunciante em seu engenho será gratificado, e protesta-se com todo rigor da lei contra quem lhe der couro (Gazeta Oficial, 1859e, p. 4).

Para além da sinalização dos fugitivos, é possível inferir que estes sinais e cicatrizes poderiam representar o modo como à escravidão entalhou seus corpos, subjulgados ao mesmo trato que era destinado aos animais, o que os impulsionava a resistir ao sistema opressor e violento do escravismo.

De 74 notas sobre fugas de escravizados identificadas nos jornais, doze registravam a oferta de recompensas acima de 100 mil réis, chegando a 300 mil réis. Percebemos que tais habilidades e aptidões proporcionaram uma mercantilização específica sobre o sujeito cativo pelos seus ditos proprietários.

Foi possível constatar que o domínio dos conhecimentos do mundo letrado rendia eventuais ações em prol da conquista da liberdade pela via jurídica a partir de 1870. As denominadas Ações de Liberdade eram “movidas por escravos, por intermédio de advogados e rábulas, muitos dos quais simpatizantes com causa abolicionista, buscando a aquisição da alforria ou a comprovação da ilegalidade de seu cativo” (Gondra; Schueler, 2008, p. 234).

O jornal A Constituição trata de um caso coletivo de 15 sujeitos, 11 escravizadas e apenas quatro escravizados, que promoveram a Ação. Contudo, a perda da ação suscitou a fuga, a qual representava um plano-reserva para livrarem-se do cativo e da represália na tentativa de alcançar a liberdade.

O abaixo assinado depositario dos escravos Maria, Antonia, Domicilia, Juliana, Francisca, Salustiana, Emilia, Maria, Phylomena, Caetana, Maria de Nazareth, Raymundo, Francisco, Clarindo e Manuel da propriedade de Antônio Ferreira de Azevedo, Joaquim Monteiro e Augusto José da Silva, pede a captura dos mesmos as autoridades e demais habitantes do Rio Inhamgapy e outros lugares proximos a esse, visto haverem-se evadido por constar-lhes terem perdido as acção de liberdade que haviam intentado contra seus senhores (A Constituição, 1876, p. 3).

Fica evidente que esse coletivo ao fazer uso da “ação de liberdade” possuía conhecimentos sobre o universo jurídico, logo, de letramento que permitisse a conquista da sua alforria pela via legal. A referida nota jornalística não expressa uma representação de uma pessoa livre pelo grupo de escravizados. No entanto, ratifica a presença de mulheres cativas que queriam a liberdade. Sendo indeferida a ação da liberdade ao coletivo, a decisão acertada foi pela via da fuga. Embora as notas acerca das suas experiências de ofícios e domínio das letras fossem escassas. A esse respeito, Peres (2022) afirma que

Havia, portanto, uma educação que acontecia no cotidiano da vida das mulheres, como se destacou, na relação das escravizadas entre si e delas com as mulheres brancas – pertencentes a diferentes estratos sociais – e com as negras e pardas, em especial as forras e livres. Nessas relações, aprender a ler, escrever e contar, fosse por necessidade ou por interesse, era possível (Peres, 2022, p. 14).

O cotidiano de trabalho das escravizadas na relação com outras pessoas possibilitou que sua circulação nesses espaços, em especial em colégios e aulas privadas, oportunizasse algum aprendizado ou acesso a cultura escrita (Peres, 2022), algo que permitiu que algumas meninas cativas aprendessem “a ler, a escrever e a contar nesses estabelecimentos, tendo lições diretamente ministradas a elas ou ouvindo lições dadas a outras enquanto elas cortavam panos, alinhavavam, bordavam, costuravam, engomavam, passavam etc.” (Peres, 2022, p. 20). Dessa forma, notamos como as mais diversas vivências no cativo, de alguma forma, oportunizou a aquisição de experiências educativas.

Considerações finais

Neste trabalho, logramos identificar e analisar a educação como experiência de escravizados foragidos, considerando aquelas fugas noticiadas em periódicos na Província do Grão-Pará, enfatizando essas experiências em interface com os ofícios no processo de busca pela liberdade.

A partir da documentação levantada, conseguimos perceber algumas características dadas às experiências educativas e formativas dos escravizados em distintas habilidades; em comunicação, escrita e leitura, além do apreço aos livros, conhecimento de outro idioma (francês), saberes musicais, como canto, viola, violão, e outros aspectos culturais, como as atividades de capoeirista e de ajudante de missa. Em relação aos ofícios indicados nos periódicos, identificamos, entre os escravizados, as mais diversas ocupações de carpinteiro, pedreiro, vaqueiro, capataz, padeiro, ferreiro, servente, cozinheira e alfaiate, construtor de canoas e carros, aprendiz de sapateiro, impressor e outros. Logo, essas vivências no cativo, de alguma forma, oportunizaram a aquisição de experiências educativas e acesso ao mundo letrado da época.

Fica explícito como se atribuíra valor a uma dada formação educacional do escravizado fugido, conforme destacado nas chamadas para a captura, acompanhada de significativas gratificações. Também pudemos observar peculiaridades referentes a algumas pessoas negras que conseguiam protagonizar uma experiência educativa por meio dos ofícios e habilidades apreendidos durante a escravidão a que foram submetidos.

Referências

- A Constituição. *Anuncios*. A Constituição, Belém, ano 3, n. 9, 1876. p. 3.
- A Constituição. *Escrava fugida*. A Constituição, Belém, ano 5, n. 138, 22 jun. 1878. p. 3.
- A Constituição. *Escravo fugido*. A Constituição, Belém, ano 6, n. 46, 26 fev. 1879. p. 2.
- A Constituição. *Preto fugido*. A Constituição, Belém, ano 7, n. 69, 25 mar. 1880a. p. 2.
- A Constituição. *Escravos fugidos*. A Constituição, Belém, ano 7, n. 173, 5 ago. 1880b. p. 3.
- A Constituição. *Fuga*. A Constituição, Belém, ano 9, n. 279, 1882a. p. 2.
- A Constituição. *Escravo fugido*. A Constituição, Belém, n. 279, 1882b. p. 3.
- A Epocha. *A Epocha*, Belém, ano II, n. 206, 15 set. 1859. p. 1-2.
- Barbosa, Marialva. Escravos letrados: uma página (quase) esquecida. *E-Compós*, Brasília, v. 12, n. 1, p. 1-19, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.30962/ec.371>. Acesso em: 23 jun. 2023.
- Bezerra Neto, José Maia. Imagens escravas nas visões senhoriais: Uma leitura dos corpos escravos através dos anúncios de fugas (Século XIX). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, Belém, v. 7, n. 3, p. 85-107, nov. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17648/ihgp.v7i03.238>. Acesso em: 03 mai. 2023.
- Brasil. *Recenseamento Geral do Império do Brazil em 1872*. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger, [1872]. Disponível em: <https://tinyurl.com/2ynxwe3>. Acesso em: 12 set. 2023.
- Chalhoub, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- Cunha, Luiz Antônio. *O ensino de ofícios artesanais e manufactureiros do Brasil escravocrata*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- Ferrari, Ana Josefina. Fuga e resistência: o caso das fugas dos escravos na cidade de Campinas entre 1870 e 1880. *Revista Conexão Letras*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 1-12, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/2594-8962.55662>. Acesso em: 23 jul. 2023.
- Figueiredo, Aldrian Moura de. Páginas Antigas: uma introdução à leitura dos jornais paraenses, 1822-1922. *Margens*, Belém, v. 2, n. 3, p. 245-266, 2005. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18542/rmi.v2i3.3040>. Acesso em: 02 mai. 2023.
- Fonseca, Marcus Vinícius; Barros, Surya Aaronovich Pombo de. *A história da educação dos negros no Brasil* / Marcus Vinícius Fonseca; Surya Aaronovich Pombo de Barros (Orgs.). – Niterói: EdUFF, 2016. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4671529/mod_resource/content/0/A%20Historia%20dos%20negros%20na%20educacao%20no%20Brasil%20.pdf. Acesso em 10 fev. 2023.

Gazeta Oficial. *Escravo fugido*. Gazeta Oficial, Belém, ano 1, n. 116, 28 set. 1858. p. 4.

Gazeta Oficial. *200U000 reis*. Gazeta Oficial, Belém, ano 2, n. 118, 28 maio 1859a. p. 4.

Gazeta Oficial. *50U000 réis*. Gazeta Oficial, Belém, ano 2, n. 123, 4 jun. 1859b. p. 4.

Gazeta Oficial. *Escravos fugidos 300U000 reis*. Gazeta Oficial, Belém, ano 2, n. 118, 28 maio 1859c. p. 4.

Gazeta Oficial. *Escravo fugido*. Gazeta Oficial, Belém, ano 2, n. 204, 14 set. 1859d. p. 4.

Gazeta Oficial. *Escravos fugido*. Gazeta Oficial, Belém, ano 3, n. 130, 9 jun. 1859e. p. 4.

Ginzburg, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Gondra, José Gonçalves, Schueler, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no Império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.

Morais, Christianni Cardoso. Ler e escrever: habilidades de escravos e forros? Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais, 1731-1850. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 36, p. 493-550, set./dez. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782007000300008>. Acesso em: 13 ago. 2023.

Peres, Eliane. Ler, escrever e contar entre mulheres escravizadas. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, v. 22, n. 1, p. e208, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/rbhe.v22.2022.e208>. Acesso em: 03 out. 2023.

Thompson, Edward Palmer. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

Thompson, Edward Palmer. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

Zica, Matheus da Cruz e. Cosmovisões religiosas como conteúdo formativo: considerações sobre as experiências educativas dos escravos no Brasil Imperial. *Revista Ciências da Religião - História e Sociedade*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 117-135, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cr/article/view/6705/5475>. Acesso em: 23 set. 2023.